

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO – AVALIAÇÃO DE INDICADORES FINANCEIROS E DE SOLVÊNCIA

Claudivan da Silva Costa

Resumo: Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise dos principais indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise das demonstrações contábeis aplicada ao setor público, por meio de um estudo de caso no qual foram utilizadas as informações constantes do conjunto das seguintes demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Maceió/AL, dos anos de 2014 a 2016: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais. Na análise foram utilizados os seguintes indicadores: Situação Financeira (SF), Situação Permanente (SP), Financeiro Real da Execução Orçamentária (FEO), Resultado Patrimonial (Rpatr), Execução da Receita (ER), Execução da Despesa (ED), Equilíbrio Orçamentário (EqO), Resultado Orçamentário (RO), Execução Orçamentária (EO), Execução Orçamentária Corrente (EOC), Execução Orçamentária de Capital (EOCap), Execução Extra Orçamentária (EEO), Resultado dos Saldos Financeiro (RSF) e Restos a Pagar Inscritos (RP).

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis; Balanços Públicos; Indicadores; Prefeitura Municipal de Maceió.

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Contabilidade Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Contabilidade Pública.



1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública é um dos principais instrumentos à disposição dos gestores públicos e da sociedade em geral para o controle, gerenciamento e fiscalização dos planos e ações governamentais.

Não obstante, as informações apresentadas nos balanços públicos se mostram insuficientes para a construção de avaliações mais específicas e adequadas às diversas áreas que compõem um ente governamental, como, por exemplo, uma empresa pública ou um governo estadual, pois, apesar de disponíveis, nem sempre são de fácil compreensão pelos gestores que não detenham o conhecimento específico para interpretá-las.

Mostra-se necessário que essas informações sejam apresentadas de forma mais simples e sistematizadas, de modo a facilitar sua compreensão e utilização gerencial.

É nesse sentido que se assenta a importância da análise das demonstrações contábeis como instrumento de apoio à gestão pública, subsidiando o gestor com informações relevantes para a tomada de decisão e para o acompanhamento da gestão orçamentária, patrimonial e financeira dos entes governamentais.

Diante do acima exposto, surge o seguinte problema que motivou a pesquisa: como os indicadores financeiros e de solvência apurados a partir da análise das demonstrações contábeis da Administração Pública podem ser utilizados como ferramenta de acompanhamento e controle da gestão?

Nesse sentido, em busca de responder essa questão, este trabalho apresenta um levantamento dos principais indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise das demonstrações contábeis aplicada ao setor público, seus significados e aplicações como instrumento gerencial de acompanhamento e controle da gestão.

Como estudo de caso, aplicou-se os indicadores - ou quocientes - nas informações contábeis da Prefeitura Municipal de Maceió, com vistas a evidenciar a aplicabilidade dos conceitos inicialmente apresentados, interpretando-os de acordo com a fundamentação teórica estudada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas à Contabilidade Pública

Os princípios basilares e fundamentais para a elaboração e publicação das demonstrações contábeis do setor público estão dispostos principalmente na Lei 4.320/64, que assim dispõe, no art. 83, sobre o objetivo da contabilidade pública:

Art. 83. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Sobre o tema, Lima e Castro (2000) ensina que esse ramo da ciência se presta a coletar, registrar e controlar os atos e fatos que afetam o patrimônio público (excetuando-se os bens de uso comum, tais como ruas, estradas, parques, praças entre outros). Nessa relação de aplicação da Contabilidade Pública, destacam-se os fatos de



natureza orçamentária, pois deles resulta a maior parte dos demais atos e fatos controlados pela Contabilidade Governamental.

A norma fundamental da contabilidade pública, Lei 4.320/64, em seu art. 101, dispõe que os resultados gerais do exercício serão demonstrados no balanço orçamentário, no balanço financeiro, no balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais. E os artigos seguintes da referida norma apresentam os objetivos e estrutura das demonstrações contábeis exigidas na contabilidade pública.

O art. 102 define que o balanço orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O art. 103 estabelece parâmetros para elaboração do balanço financeiro, nos seguintes termos:

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Já a estrutura da demonstração das variações patrimoniais está assim consignada no art. 104 da norma legal:

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

E o art. 105 define a estrutura do balanço patrimonial, previsto e exigido na contabilidade pública:

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

II - O Ativo Permanente;

III - O Passivo Financeiro;

IV - O Passivo Permanente;

V - O Saldo Patrimonial;

VI - As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.



2.2 Análise das Demonstrações Contábeis do Setor Público

Um dos objetivos da análise das demonstrações contábeis do setor público é gerar informações úteis, confiáveis e adequadas para subsidiar o gestor na tomada de decisão, e facilitar a compreensão dos dados contábeis pelos usuários.

As informações geradas por essa análise, em grande medida por meio de indicadores financeiros, são importantes instrumentos para apresentar aos gestores públicos e a população em geral os resultados governamentais auferidos num determinado período.

Pode apresentar também, por meio indicadores específicos, indícios de descumprimentos de disposições legais por parte do gestor público, como por exemplo, os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, qualquer avaliação ou interpretação dessas demonstrações deve, necessariamente, considerar os aspectos legais vigentes, aplicáveis ao setor público, em especial a Lei 4.320/64, norma fundamental da contabilidade pública, a Lei Complementar 101/2000, os princípios insculpidos na Constituição Federal do Brasil, além dos conceitos e preceitos presentes em outras normas legais e infra legais que regem a matéria e na doutrina relacionada.

É nesse diapasão que Kohama (2000;15) afirma que no procedimento de análise ou interpretação dos Balanços Públicos deve-se atentar sempre para as características intrínsecas relativas aos aspectos legais, regulamentares e técnicos, e ainda, levar em consideração a estrutura e composição dessas peças.

Considerados esses conceitos, pode-se elaborar, com elevada segurança, análises adequadas tanto para o controle da gestão exercido pelos órgãos internos e externos e pela sociedade como para a avaliação e acompanhamento gerencial da gestão.

No primeiro aspecto, da análise das demonstrações contábeis como instrumento para o controle social não se identificaram muitas publicações ou estudos que abordassem o tema.

Já quando se avalia sob o aspecto de instrumento gerencial de suporte à tomada de decisão, a doutrina pátria sobre o assunto é vasta, podendo-se afirmar a sua consolidação na administração pública brasileira.

Nesse aspecto, Bruno de Oliveira Carneiro afirma que o que se busca com a análise das demonstrações contábeis, como técnica contábil, é fornecer subsídios para uma interpretação dos fenômenos patrimoniais. Carneiro (2005)

O mesmo autor aduz que os instrumentos utilizados pela contabilidade analítica para análise dos balanços objetivam detectar situações e verificar, principalmente, a tendência dos fatos e acontecimentos dando subsídios para que a administração do órgão enfatize os esforços corretivos nas direções necessárias.

Para Kohama (2006) a análise das demonstrações contábeis é uma investigação dos fatos, baseados nos dados dos balanços públicos.

Padoveze (2004, p. 193) por sua vez destaca que “a análise de balanço deve ser um instrumento que possibilite o gerenciamento da informação contábil. Assim, um dos fundamentos da análise de balanço é a criação de indicadores que permitam sempre uma análise comparativa”.



Para alcançar seus objetivos a análise das demonstrações contábeis se utiliza, principalmente, de três abordagens ou técnicas, para alcançar as suas conclusões e oferecer aos usuários informações úteis. São elas: Análise Vertical, Análise Horizontal e Quocientes Econômicos e Financeiros (Indicadores). Cada uma destas técnicas têm a sua importância e aplicação.

Na análise vertical busca-se avaliar cada conta ou grupo de conta em relação ao seu conjunto, e os resultados obtidos por essa análise devem ser analisados conjuntamente com os resultados da análise horizontal e dos indicadores.

Neste ponto, Padoveze (2004) afirma que a análise da estrutura da demonstração de resultados e do balanço patrimonial busca evidenciar as participações dos elementos patrimoniais e de resultado dentro do total.

Na Análise Horizontal avalia-se a evolução dos componentes patrimoniais ou de resultado em determinados períodos de tempo ou exercícios.

Para Matarazzo (2003, p. 245) “a análise de evolução ou horizontal baseia-se na evolução de cada conta de uma série de demonstrações contábeis em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração contábil básica, geralmente a mais antiga da série”.

Não obstante a importância dessas duas abordagens, o presente trabalho foi desenvolvido com foco na análise das demonstrações contábeis por meio dos indicadores econômicos e sociais.

Nesse tipo de análise busca-se relatar, com base nas informações contábeis, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. É o que consiga Neto (2001).

Dito de outra forma, a análise por meio de quocientes tem como objetivo precípuo identificar tendências, comparando os resultados dos indicadores com padrões preestabelecidos, possibilitando avaliar a situação atual com base nos fatos ocorridos no passado, identificando tendências futuras.

No capítulo seguinte são apresentados os indicadores utilizados nesse tipo de análise.

2.3 Indicadores (quocientes) utilizados na análise das demonstrações Contábeis do Setor Público

De acordo com a doutrina sobre o assunto, os quocientes utilizados na análise das demonstrações contábeis aplicada à contabilidade pública podem ser classificados em três tipos, de acordo com a origem das informações utilizadas para a sua composição: orçamentários, obtidos a partir de dados do balanço orçamentário; financeiros, com informações do balanço financeiro, e patrimoniais, com informações do balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

A seguir são apresentados os quocientes utilizados neste trabalho.

2.3.1 Indicadores do Balanço Orçamentário

a) Equilíbrio Orçamentário (EqO): obtido da relação entre a despesa fixada e a receita prevista.

a.1 Fórmula: $EqO = \text{Despesa Fixada} / \text{Receita Prevista}$

a.2 Resultados:

Quando a despesa fixada for maior que a receita prevista temos a indicação de abertura de crédito suplementar, a partir da utilização de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial.

O resultado do indicador menor que 1, mostrando que a despesa fixada é menor que a receita prevista, representa uma economia de recursos já na elaboração do orçamento. Neste caso, mesmo de não sendo considerada uma anormalidade, requer uma avaliação mais detida, por se tratar de situação atípica, sobretudo no atual cenário econômico e fiscal.

b) Execução da Receita (ER): obtido da relação entre a receita executada e a receita prevista. O quociente representa o percentual de execução da receita prevista, tendo como parâmetro o total da receita executada.

b.1 Fórmula: $ER = \text{Receita Executada} / \text{Receita Prevista}$

b.2 Resultados: resultado maior que 1 (receita executada maior que a prevista) se tem a indicação de excesso de arrecadação. O contrário representa insuficiência de arrecadação.

Caso o resultado apresente uma variação significativa (para maior ou para menor) em relação ao equilíbrio entre as receitas executada e prevista deve-se analisar as causas e/ou justificativas.

c) Execução da Despesa (ED): obtido da relação entre a despesa executada e a despesa fixada.

c.1 Fórmula: $ED = \text{Despesa Executada} / \text{Despesa Fixada}$.

c.2 Resultados: indica o quanto da despesa fixada foi de fato executada no período. Se o valor for maior que 1 tem-se a indicação de utilização de dotação orçamentária sem a devida autorização legal, já que nesse caso a despesa fixada é menor que a despesa executada.

2.3.2 Indicadores do Balanço Financeiro

a) Resultado orçamentário (RO): obtido da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Executada.

a.1 Fórmula: $RO = \text{Receita Realizada} / \text{Despesa Executada}$.

a.2 Resultados: indica a existência de superávit ou déficit orçamentário.

Segundo Kohama (2000; 148), esse quociente deve demonstrar quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada.

O resultado igual a 1 indica que a receita realizada é igual à despesa executada, ou seja, há um equilíbrio orçamentário.

Se o resultado for maior que 1 há a indicação de superávit orçamentário, pois temos, neste caso, o total de receitas realizadas maior do que o total das despesas executadas.

Por outro lado, se o resultado for menor que 1 há déficit, já que o total de receitas realizadas é menor do que o total das despesas executadas.



b) Execução Orçamentária (EO): obtido da relação entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária.

b.1 Fórmula: $EO = \text{Receita Orçamentária} / \text{Despesa Orçamentária}$.

b.2 Resultados: indica o quanto das despesas orçamentárias é pago com os recursos oriundos de receita orçamentária.

Caso a receita orçamentária seja maior que a despesa orçamentária há a indicação de superávit orçamentário na execução da movimentação financeira. O contrário (despesa orçamentária maior que receita orçamentária) representa déficit.

c) Financeiro Real da Execução Orçamentária (FREO): obtido da relação entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária empenhada e paga.

c.1 Fórmula: $FREO = \text{Receita Orçamentária Recebida} / \text{Despesa Orçamentária Paga}$.

c.2 Resultados:

Representa a proporção entre a receita orçamentária recebida e a despesa orçamentária paga, ou seja, considerada pelo regime de caixa.

O resultado desse quociente deve ser considerado normal se igual a 1. Se maior que 1 é considerado bom.

Por outro lado, se for menor que 1 exigir-se-á uma avaliação mais detalhada das causas, pois, nesse caso, como a receita arrecadada é menor que a receita orçamentária paga, há a indicação de que parte das despesas foi paga com recursos oriundos de receita extra orçamentária.

d) Execução Orçamentária Corrente (EOC): obtido da relação entre a Receita Corrente e a Despesa Corrente.

d.1 Fórmula: $EOC = \text{Receita Corrente} / \text{Despesa Corrente}$.

d.2 Resultados: indica o quanto do total das despesas correntes foi pago com recursos oriundos de receitas correntes.

Segundo Kohama (2003;160), a interpretação do quociente pode ser:

1 = Receita Corrente recebida no exercício é igual à Despesa Corrente realizada no exercício (equilíbrio corrente).

> 1 = Receita Corrente maior do que a Despesa Corrente realizada (a diferença representa um superávit corrente).

< 1 = Receita Corrente menor do que a Despesa Corrente (a diferença representa um déficit corrente).

e) Execução Orçamentária de Capital (EOCap): obtido da relação entre a Receita de Capital e a Despesa de Capital.

e.1 Fórmula: $EOCap = \text{Receita Capital} / \text{Despesa Capital}$.

e.2 Resultados: indica que o quanto das despesas de capital foi pago com recursos oriundos de receitas de capital.

Pode apresentar os seguintes resultados:



Indicador igual a 1, quando a Receita de Capital recebida no exercício é igual ao montante das Despesas de Capital realizadas no exercício, representa equilíbrio orçamentário de capital.

Indicador maior que 1 indica que a receita de capital recebida é maior do que a despesa de capital realizada, caracterizando superávit de capital.

E resultado menor que 1 tem-se um déficit de capital, pois, nesse caso, o total das receitas de capital é menor do que o total das despesas de capital, ensejando a utilização de recursos oriundos do resultado corrente para cobertura do déficit.

f) Execução extra orçamentaria (EEO): obtido da relação entre a receita extra orçamentaria e a despesa extra orçamentaria.

f.1 Fórmula: $EEO = \text{Receita Extra Orçamentaria} / \text{Despesa Extra Orçamentaria}$.

f.2 Resultados:

Se o resultado for maior que 1 há a indicação do aumento da dívida flutuante. Nesse caso, se ocorrer uma diminuição dos recursos financeiro disponíveis na conta caixa/bancos há que se averiguar as causas e justificativas, pois pode estar se caracterizando o pagamento de despesas orçamentárias com recursos oriundos dos recursos financeiros disponíveis (caixa e bancos).

g) Resultado da Execução Financeira (REF): obtido da relação entre a soma das receitas orçamentárias e extra orçamentárias e a soma das despesas orçamentárias e extra orçamentárias.

g.1 Fórmula: $REF = RO + REO / DO + DEO$.

g.2 Resultados: o resultado maior que 1 indica que o total de receitas (orçamentária + extra orçamentária) foi maior que o total de despesas (orçamentária + extra orçamentária). Por meio deste indicador é possível analisar o resultado do balanço financeiro.

h) Resultado dos saldos financeiros (RSF): é a relação entre o saldo que passa para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

h.1 Fórmula: $RSF = \text{Saldo que Passa para o Exercício Seguinte} / \text{Saldo do Exercício Anterior}$.

h.2 Resultados: o quociente representa o resultado do Balanço Financeiro.

Se igual a 1 temos um superávit financeiro (um aumento do saldo disponível em relação ao exercício anterior). Se for menor que 1 temos a indicação de movimentação financeira de origem extra orçamentaria.

2.3.2 Indicadores do Balanço Patrimonial

a) Situação Financeira (SF): obtido do quociente entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

a.1 Fórmula: $SF = \text{Ativo Financeiro} / \text{Passivo Financeiro}$.

a.2 Resultados: utilizado, principalmente, para se verificar a existência, ou não, de superávit financeiro.



O quociente atende à obrigação legal instituída pelo § 2º, do art.43, da Lei 4.320/64 e demonstra a relação dos recursos financeiros disponíveis (disponível, créditos, valores realizáveis) frente às obrigações financeiras.

Para Kohama (2000; 175) o resultado desse indicador pode ser considerado normal se for igual ou maior que 1, exceto quando obtido mediante a constituição de dívida fundada.

Se o resultado for maior que 1 (ativo financeiro maior que passivo financeiro) tem-se a indicação de superávit financeiro, ou seja, total de recursos financeiros superam as obrigações financeiras.

Se for menor que 1 (ativo financeiro menor que o passivo financeiro) temos um déficit financeiro, na medida que a soma das disponibilidades mais direitos realizáveis é menor que o total obrigações financeiras.

Segundo Kohama (2000;174) quando o resultado desse quociente for maior que 1 (superávit), o excesso de recursos financeiros poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais) no ano seguinte.

b) Situação Permanente (SP): obtido da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente.

b.1 Fórmula: $SP = \text{Ativo Permanente} / \text{Passivo Permanente}$.

b.2 Resultados: o resultado desse indicador demonstra o equilíbrio entre o passivo permanente e o ativo permanente.

Espera-se que o resultado seja no mínimo maior que 1, indicando que a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo superam as dívidas de longo prazo (saldo patrimonial positivo).

Se o resultado do indicador for menor que 1 tem-se o saldo patrimonial negativo, ou seja, as dívidas do ente superam a soma dos bens, crédito e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo. Esta situação, passivo real descoberto, requer uma avaliação detida sobre as causas e justificativas.

c) Resultado Patrimonial (Rpatr): obtido da relação entre a Soma do Ativo Real e a Soma do Passivo Real.

c.1 Fórmula: $SP = \text{Soma do Ativo Real} / \text{Soma do Passivo Real}$.

O Ativo Real é a soma do ativo financeiro com o ativo permanente. E o Passivo Real a soma do passivo financeiro com o passivo permanente.

c.2 Resultados:

Se o resultado for igual a 1 temos equilíbrio patrimonial.

Caso o resultado seja maior que 1, soma do ativo real maior que a soma do passivo real, tem-se um superávit patrimonial, representando que a soma dos bens e direitos é superior à soma das obrigações mais as dívidas fundadas.

Por outro lado, o resultado menor que 1, soma do ativo real menor que a soma do passivo real, representa um déficit patrimonial, no qual a soma dos bens e direitos é inferior à soma das obrigações mais às dívidas fundadas. Neste caso há que se analisar suas causas e justificativas, especialmente na Demonstração das Variações Patrimoniais.



d) Limite de endividamento (LE): obtido da relação entre a dívida fundada e a receita líquida real.

d.1 Fórmula: $LE = \text{Dívida Fundada} / \text{Receita Líquida Real}$

d.2 Resultados: caso o resultado do indicador seja maior que 1 tem-se uma situação em que o total das obrigações de longo prazo caracterizadas como dívidas fundadas (compromissos de exigibilidade com prazo superior a doze meses, e contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos) supera o montante das receitas orçamentárias líquidas do exercício.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica (referencial teórico constante em livros, revistas, estudos, artigos e dissertações), que abrangeu a contabilidade pública e a análise de balanços públicos, aliada à pesquisa documental e estudo de caso. Tratou-se, portanto, de um estudo teórico.

Quanto à coleta de dados caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa.

Como técnica e instrumentos da pesquisa foi utilizada pesquisa bibliográfica e coleta e análise de dados das demonstrações contábeis de entidades públicas.

Buscou-se informações dos balanços públicos da Prefeitura Municipal de Maceió para fins de estudo de caso, assentando-se aí a informação quanto ao campo de pesquisa.

Das demonstrações disponibilizadas pelo ente municipal foram extraídas as informações relevantes para o trabalho e consolidadas numa planilha, para aplicação das formulas utilizadas na construção dos indicadores econômicos e financeiros.

3.2 Coleta de dados

As informações das demonstrações contábeis foram solicitadas por meio do portal da Prefeitura de Maceió na internet, tendo em vista não estavam disponíveis para extração no próprio portal.

A Secretaria Municipal de Controle Interno disponibilizou os balanços públicos referente aos exercícios de 2014 a 2016.

As informações, disponibilizadas em arquivos no formato .pdf, foram tabuladas e analisadas utilizando-se o software Microsoft Office Excel.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Das demonstrações contábeis extraíram-se as informações apresentadas nas tabelas a seguir, necessárias para a composição dos indicadores econômicos e financeiros utilizados na análise. Para uma melhor visualização e compreensão os dados foram divididos em informações patrimoniais, extraídas dos balanços patrimoniais e demonstrações de variação patrimonial, e informações orçamentárias, extraídas dos balanços orçamentários e financeiros:

Tabela 1 - Informações Patrimoniais, extraídas dos balanços patrimoniais e demonstrações das variações patrimoniais da Prefeitura Municipal de Maceió, do período de 2014 a 2016

Informações	2014	2015	2016
Ativo Financeiro	296.014.181,39	362.335.967,39	419.084.176,46
Ativo Permanente	611.484.474,80	775.819.240,03	868.784.768,35
Ativo Real	907.498.656,19	1.138.155.207,42	1.287.868.944,81
ATIVO TOTAL	907.498.656,19	1.287.868.944,81	1.138.155.207,42
Passivo Financeiro	238.650.562,40	202.984.229,18	1.689.424.372,11
Passivo Permanente	2.957.261.702,26	2.315.186.140,57	2.680.789.240,46
Passivo Real	3.195.912.264,66	2.518.170.369,75	4.370.213.612,57
Ativo Real Líquido	- 2.288.413.608,47	- 1.230.301.424,94	- 3.232.058.405,15
PASSIVO TOTAL	907.498.656,19	1.287.868.944,81	1.138.155.207,42
Total Variações Ativas	16.502.298.693,50	16.502.298.693,50	16.502.298.693,50
Total Variações Passivas	16.824.803.185,25	16.824.803.185,25	16.824.803.185,25
SUPERÁVIT	- 322.504.491,75	- 322.504.491,75	- 322.504.491,75
TOTAL GERAL	16.502.298.693,50	16.502.298.693,50	16.502.298.693,50

Fonte: balanços patrimoniais e demonstrações das variações patrimoniais da Prefeitura Municipal de Maceió, do período de 2014 a 2016.

Tabela 2 - Informações Orçamentárias, extraídas dos balanços orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Maceió, do período de 2014 a 2016

Informações	2014	2015	2016
Receita prevista	2.033.704.043,00	2.135.562.464,00	2.295.328.455,00
Receita executada/realizada	1.828.382.050,79	1.914.287.801,55	2.093.687.680,75
Despesa fixada	2.058.550.607,12	2.160.643.428,22	2.301.322.913,50
Despesa executada/liquidada	1.787.428.439,18	1.842.838.928,42	1.989.957.160,61
Excesso de arrecadação	- 205.321.992,21	- 248.826.011,00	- 201.640.774,25
Receita Orçamentária	1.828.382.050,79	1.914.287.801,55	2.093.687.680,75
Despesa Orçamentária	1.864.031.954,73	1.911.815.417,22	2.111.994.609,71
Receita Orçamentária Paga	1.828.382.050,79	1.914.287.801,55	2.093.687.680,75
Despesa Orçamentária paga	1.744.620.682,16	1.911.815.417,22	2.111.994.609,71
Receita Corrente	1.807.333.411,55	1.902.693.344,02	1.997.264.856,53
Despesa Corrente	1.722.874.030,19	1.742.222.536,12	1.838.816.532,56
Receita de Capital	21.048.639,24	11.594.457,53	96.422.824,22
Despesa de Capital	64.554.408,99	101.616.392,30	151.140.628,05
Receita Extra Orçamentária	377.913.925,94	391.350.726,80	445.531.856,05
Despesa Extra Orçamentária	335.032.621,77	325.010.308,45	374.314.368,45
Restos a pagar inscritos	119.411.272,57	134.091.092,11	122.037.449,10
Saldo que passa para ao ex. seg.	293.523.164,71	362.335.967,39	415.246.526,03
Saldo do exec. anterior	286.291.764,48	293.523.164,71	362.335.967,39

Fonte: balanços orçamentários e financeiros da Prefeitura Municipal de Maceió, do período de 2014 a 2016.

Aplicando os conceitos dos indicadores apresentados no item 2.3 sobre as informações das demonstrações contábeis da Prefeitura Municipal de Maceió, tabuladas nas tabelas acima, obtiveram-se os resultados expostos a seguir:

Tabela 3 – Indicadores dos Balanços Orçamentário e Financeiro

Indicador/quociente	Resultado		
	2014	2015	2016
Equilíbrio Orçamentário (EqO)	1,01	1,01	1,00
Execução da Receita (ER)	0,90	0,90	0,91
Execução da Despesa (ED)	0,87	0,85	0,86
Resultado orçamentário (RO)	1,02	1,04	1,05
Execução Orçamentária (EO)	0,98	1,00	0,99
Financeiro Real da Execução Orçamentária (FREO)	1,05	1,00	0,99
Execução Orçamentária Corrente (EOC)	1,05	1,09	1,09
Execução Orçamentária de Capital (EOCap)	0,33	0,11	0,64
Execução extra orçamentaria (EEO)	1,13	1,20	1,19
Resultado da Execução Financeira (REF)	1,00	1,03	1,02
Resultado dos saldos financeiros (RSF)	1,03	1,23	1,15

Tabela 4 – Indicadores do Balanço Patrimonial

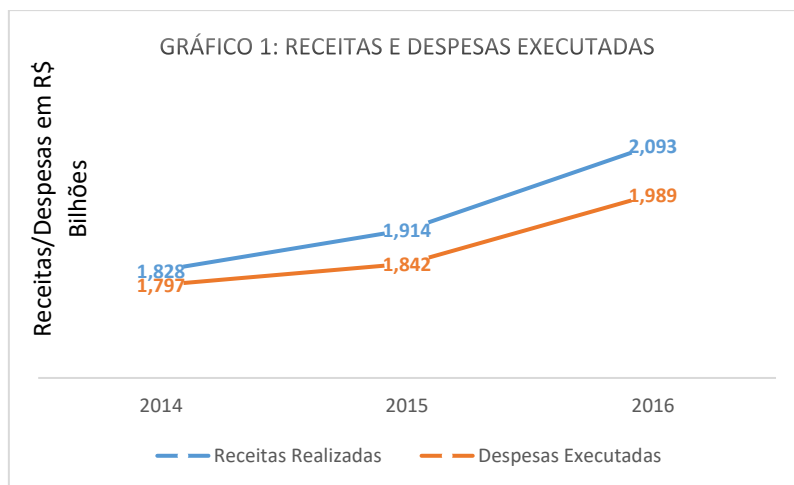
Indicador/quociente	Resultado		
	2014	2015	2016
Situação Financeira (SF)	1,24	1,79	0,25
Situação Permanente (SP)	0,21	0,34	0,32
Resultado Patrimonial (Rpatr)	0,28	0,45	0,29

4.1 Análise dos resultados dos indicadores do município de Maceió

Avaliando os resultados dos indicadores referentes ao município de Maceió, expressos nas tabelas acima, podemos chegar às conclusões a seguir.

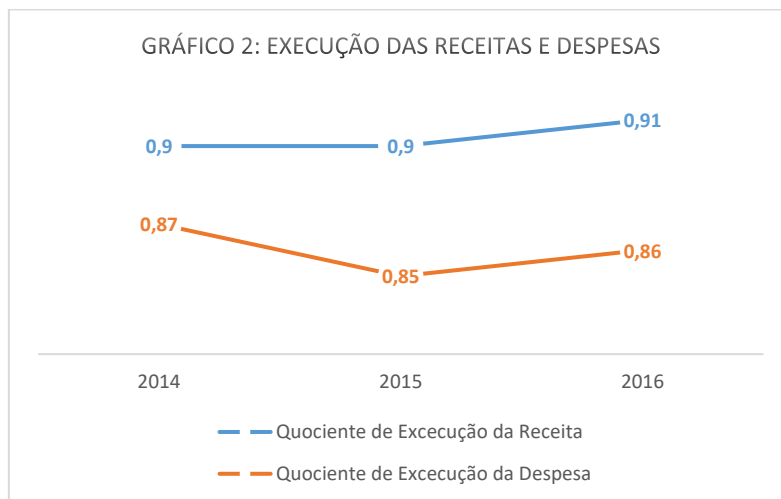
Em todo o período analisado (2014-2016) a Prefeitura de Maceió apresentou resultado orçamentário superavitário. O Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) superior 1 significa que a municipalidade as receitas realizadas superaram as despesas executadas.

O Gráfico 1 apresenta a evolução das receitas e despesas executadas.



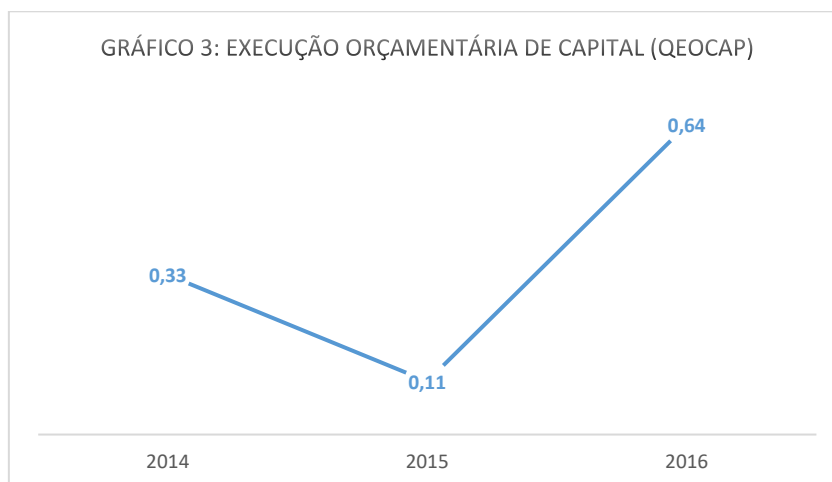
O **Quociente de Equilíbrio Orçamentário (EqO)** mostra que em 2014 e 2015 as despesas fixadas no orçamento do município foram maiores que as receitas previstas, indicando que foram abertos créditos suplementares nestes exercícios. Já em 2016, não se verificou a mesma situação.

O resultado do **Quociente de Execução da Receita (QER)** indica que em toda a série avaliada houve insuficiência de arrecadação, o que tem relação com o resultado do **Quociente da Execução da Despesa**, que foi de 2014 a 2016, em média, 0,85, ou seja, apenas 85% da despesa fixada foi de fato executada. A insuficiência de arrecadação tem como consequência a baixa execução da despesa (gráfico 2).



Poderiam ser analisadas mais detidamente as causas e justificativas para essa situação. Entretanto, essa análise não está abarcada pelos objetivos e escopo desse trabalho.

Ao analisar o resultado do **Quociente de Execução Orçamentária de Capital (QEOCap)** percebe-se um déficit de capital nos 3 anos avaliados, com o pior resultado em 2015, de 0,11 (gráfico 3).



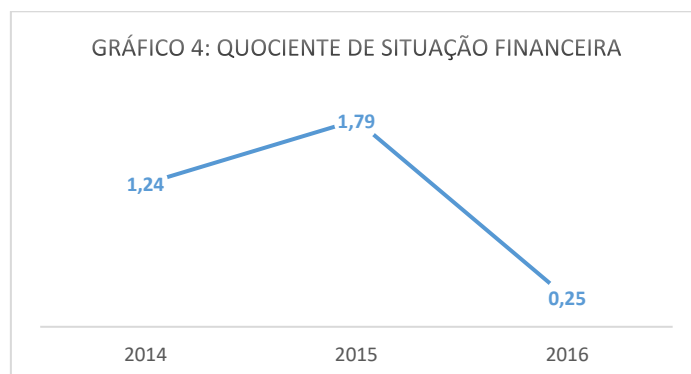
Conforme ensina Kahoma (2006), o resultado menor que 1 indica a utilização de recursos oriundos do resultado corrente para a cobertura do déficit.

No ano de 2015 para cada 1 real de despesa de capital a Prefeitura Municipal de Maceió tinha apenas R\$ 0,11 oriundos de receitas de capital para cobrir essas despesas, ficando com um débito de R\$ 0,89, que seriam cobertos com receitas correntes. Em 2016 esse indicador apresentou um melhor resultado, passando para 0,64, mas mantendo-se ainda deficitário.

Mesmo não sendo considerados anormais, uma vez que se admite que eventual superávit do orçamento corrente sirva como recurso de cobertura para as despesas de capital, os resultados podem indicar aos gestores a necessidade de avaliarem formas de melhorar sua receita de capital.

A análise do resultado do **Quociente de Situação Financeira (QSF)** demonstra uma situação no mínimo atípica.

Conforme se verifica no gráfico 4, apesar do superávit verificado em 2014 e 2015, em 2016 houve déficit financeiro bastante relevante. Neste ano o resultado do indicador foi de 0,25. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de obrigações (dívidas e compromissos) existiam apenas R\$ 0,25 de disponibilidade para sua quitação.



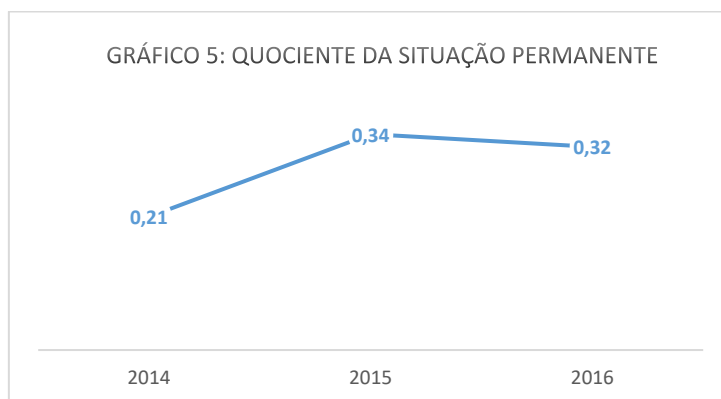
Por meio do QSF pode-se aferir a existência, ou não, de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, conforme prevê o § 2º, do Art. 43, da Lei nº 4.320/64, para fins de avaliação quanto à possibilidade de abertura de créditos adicionais (suplementares e especiais) no exercício seguinte. Se o resultado for maior que 1

(superávit), indicando excesso de recursos financeiros, o superávit poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais.

No presente caso, entretanto, considerando o déficit financeiro apurado, o município de Maceió não poderia abrir créditos adicionais em 2017 tendo como base a previsão de recursos estabelecida no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, não se olvidando das demais fontes de recursos previstas nos incisos II a IV do mesmo dispositivo.

A situação relatada ensejaria uma avaliação mais acurada das suas causas e consequências, inclusive quanto à fundamentação utilizada para a eventual abertura de créditos adicionais em 2017. Entretanto, não far-se-á neste momento pois essa avaliação não está compreendida no escopo do presente trabalho.

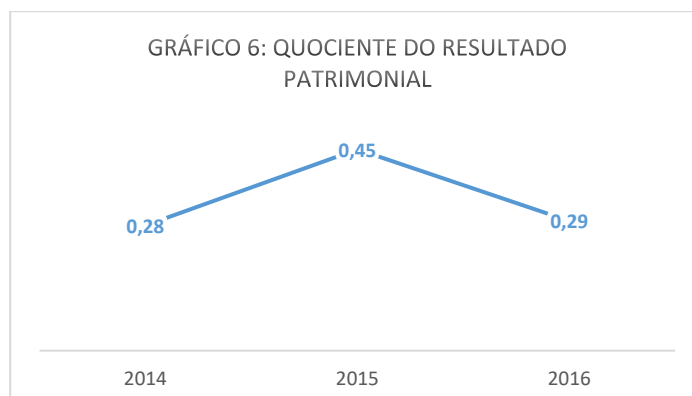
Outra análise possível, desta feita a partir do resultado do **Quociente de Situação Permanente (QSP)**, é que nos três exercícios considerados (2014-2016) as dívidas da municipalidade superam a soma dos bens, crédito e valores que compõem os seus bens e direitos de longo prazo (gráfico 5).



Esta situação, de saldo patrimonial negativo, denominada de passivo real descoberto, enseja uma avaliação detida sobre as causas e justificativas.

O **Quociente do Resultado Patrimonial (QRP)** indica um déficit patrimonial (soma do ativo real é menor que a soma do passivo real), quando a soma dos bens e direitos da municipalidade são inferiores à soma das suas obrigações mais as dívidas fundadas.

O gráfico a seguir mostra uma singela melhora da situação em 2015, voltando a piorar em 2016.





Neste caso há que se analisar suas causas e justificativas, especialmente na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Não obstante, a referida análise não se insere no escopo e objetivo do presente trabalho.

5 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi avaliar como os indicadores financeiros e de solvência apurados a partir da análise das demonstrações contábeis da Administração Pública podem ser utilizados como ferramenta de acompanhamento e controle da gestão pública.

Para isso, foram considerados diversos indicadores econômicos e financeiros, também denominados quocientes, conceituados pela doutrina e amplamente utilizados nas análises das demonstrações contábeis.

Alinhado ao objetivo proposto pelo trabalho, buscou-se inicialmente definir os principais quocientes utilizados, por meio de revisão bibliográfica sobre o tema.

Em seguida, como estudo de caso, apurou-se os resultados dos indicadores econômicos e financeiros da Prefeitura Municipal de Maceió, com base nos Balanços Orçamentários, Financeiros e Patrimoniais da municipalidade referentes aos exercícios de 2014 a 2016.

Com base na análise realizada foi possível evidenciar que, em regra, a Prefeitura Municipal de Maceió conseguiu manter o equilíbrio orçamentário durante os exercícios analisados, considerando as despesas executadas e as receitas realizadas.

Verificou-se também em toda a série estudada insuficiência de arrecadação pela municipalidade, o que contribuiu para a execução parcial das despesas fixadas no orçamento.

Além disso, apontou-se um déficit de capital nos 3 anos avaliados, com destaque para o exercício de 2015, quando o Quociente de Execução Orçamentária de Capital chegou a R\$ 0,11, indicando que para cada real de despesa de capital a prefeitura de Maceió utilizou R\$ 0,89 de recursos oriundos do resultado corrente para a cobertura dos dispêndios.

No que concerne à situação financeira do município, verificou-se déficit financeiro em 2016, e superávit em 2014 e 2015.

Outros apontamentos não muito favoráveis foram em relação à situação patrimonial da municipalidade. Nos três exercícios analisados verificou-se saldo patrimonial negativo, também denominado passivo real a descoberto, e débito patrimonial, na medida que a soma dos bens e direitos do ente eram inferiores à soma das suas obrigações mais as dívidas fundadas.

Importante frisar, neste ponto, que não se buscou nesse trabalho fazer uma análise exaustiva e muito menos conclusiva quanto à gestão orçamentária e financeira da Prefeitura de Maceió. E nem fazer uma avaliação da gestão municipal. Não se pode



concluir sobre tendências ou comportamentos orçamentários a partir dos indicadores apresentados.

O objetivo do presente estudo é demonstrar a importância dos indicadores contábeis financeiros e econômicos como instrumentos gerenciais de apoio para o acompanhamento e controle da gestão, apresentando, para isso, o resultado de alguns quocientes aplicados à municipalidade.

Como sugestão para novas pesquisas recomenda-se a aplicação dos indicadores nas informações contábeis de outras cidades do porte de Maceió, para fins de comparação, além do aprofundamento das causas dos resultados de alguns quocientes que apresentaram resultados abaixo do definido pela doutrina como bom.

Outra sugestão é o estudo, por meio de casos existentes, de como os indicadores financeiros e econômicos são utilizados com instrumentos de promoção do controle social, por exemplo, para acompanhamento pela sociedade da execução orçamentária do seu município ou estado.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, nº 191-A, de 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 de maio de 2000.

BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de março de 1964. BRASIL.

CARNEIRO, Bruno de Oliveira. **Avaliação de indicadores de solvência para o balanço patrimonial do setor público**. Monografia (Graduação em Contabilidade) – Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2005.

CASTRO, D. Poubel de; GARCIA, Leice M. **Contabilidade Pública no Governo Federal**. 1.^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Severino Cesário; Diniz, Josedilton Alves. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. 1.^a ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7 ed. Ed. Atlas, SP, 2012.

MATARAZZO Dante C. **Análise Financeira de Balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Bernardino José da. **Contabilidade pública I: livro digital**. 3. ed. rev. – Palhoça: UnisulVirtual, 2015.

SILVA, José Antônio Felgueiras da. **Contabilidade pública**. São Paulo: Método: 2015.